



AS UNIVERSIDADES FEDERAIS E O ORÇAMENTO DE 2015

Os reitores das Universidades Federais vêm acompanhando, analisando e debatendo com atenção a conjuntura socioeconômica e política do Brasil desde o início deste ano. Entendem os reitores que o complexo quadro econômico internacional e nacional exigiu a adoção de medidas de ajustes nos orçamentos da União, estados e municípios, que alcançaram todas as áreas, inclusive e lamentavelmente, a Educação.

Pelo Decreto nº 8.456/2015 o Governo Federal estipulou um corte de aproximadamente nove bilhões de reais no orçamento do Ministério da Educação (MEC), impactando as Universidades Federais em 10% dos recursos previstos para despesas de custeio e em 47% para investimentos. Considerando as consequências de uma restrição orçamentária desta magnitude para o adequado funcionamento das universidades, a Andifes iniciou tratativas com o MEC visando minimizar os efeitos negativos desta medida.

Como resultado deste processo, as universidades estão apresentando detalhadamente à Secretaria de Educação Superior (Sesu) suas situações orçamentárias. Temos convicção de que desta interlocução emergirão condições para o satisfatório funcionamento das universidades e a conclusão de obras inadiáveis para atividades acadêmicas. Pela importância estratégica dos programas, a Andifes também estabeleceu negociações com o MEC, de modo a garantir a manutenção integral do PIBID e do PARFOR.

No dia 6 de julho de 2015, por meio do ofício circular nº 13/2015 – CDS/CGSI/DPB/CAPES, as Universidades Federais foram informadas de mais uma restrição nos seus recursos. Neste caso, aproximadamente 75% das verbas para custeio da pós-graduação *stricto sensu*, o PROAP, o que inviabilizaria a manutenção dos mesmos. É inaceitável por parte dos reitores e da comunidade acadêmica que estes programas, pilares para a pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, sejam tão fortemente comprometidos no seu financiamento.

Hoje, 9 de julho de 2015, já fomos informados pelo MEC de que a liberação de 25% do orçamento do PROAP corresponde a apenas uma liberação inicial, com possibilidades de novos repasses ao longo do segundo semestre deste ano.

Os reitores das Universidades Federais reconhecem a legitimidade do governo democraticamente eleito, assim como o empenho e o compromisso das autoridades do MEC. Acreditam igualmente que, por meio do diálogo permanente, o financiamento das universidades será recomposto adequadamente, salvaguardando os interesses estratégicos do nosso país.


Reitor Targino de Araújo Filho
Presidente da Andifes